

## O QUE AS ESTATÍSTICAS RETRATAM SOBRE A EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPOS DE COVID-19

**Vitor Ferreira de Souza**

Mestrando em educação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Bauru.  
Professor efetivo de geografia da prefeitura municipal de São José do Rio Preto.  
[vitorfssouza@gmail.com](mailto:vitorfssouza@gmail.com)

**Laurenço Magnoni Júnior**

Doutor em Educação para Ciência – UNESP/Bauru.  
Professor do Centro Paula Souza – FATEC/Lins  
[lourenco.junior@fatec.sp.gov.br](mailto:lourenco.junior@fatec.sp.gov.br)

### RESUMO

O ensino remoto, instituído no Brasil pelo impacto da pandemia, reforça a ineficiência dos sistemas de ensino em desenvolver ações pedagógicas que atinjam os alunos nesse período. Como premissa para compreender as suas nuances e promover atividades mais próximas da realidade dos educandos, é necessário avaliar o que as estatísticas retratam sobre a Educação em tempos de Covid-19, entrelaçando com o debate da desigualdade social brasileira. Dessa maneira, o presente artigo busca investigar quais são as pesquisas realizadas antes e durante o período da pandemia, que trazem contribuições profícuas para se repensar o ensino remoto e analisar o efeito da desigualdade social na educação. A partir dos dados estatísticos compilados, foi possível obter resultados sobre a estruturação do ensino remoto brasileiro, identificar alguns de seus impactos nos educandos e professores, além de chegar à conclusão de uma possível parcela de alunos desassistidos nesse período.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto; Estatísticas Educacionais; Desigualdade Social.

### WHAT STATISTICS SAY ABOUT EDUCATION IN COVID-19 TIMES

#### ABSTRACT

*Remote education, instituted in Brazil by the impact of the pandemic, has opened up the inefficiency of education systems in developing pedagogical actions that reach students in this period. As a premise for understanding its nuances and promoting activities closer to the reality of learners, it is necessary to evaluate what statistics show about Education in times of Covid-19, intertwining with the debate of Brazilian social inequality. Thus, this article aims to investigate which researches were carried out before and during the period of the pandemic, which bring useful contributions to rethink remote teaching and analyze the effect of social inequality in education. From*

*the statistical data compiled, it was possible to obtain results on the structuring of remote Brazilian education, identify some social impacts on students and teachers, and reach a conclusion of a possible portion of students unattended in this period.*

**Keywords:** Remote Teaching; Education Statistics; Social Inequality.

## LO QUE LAS ESTADÍSTICAS MUESTRAN SOBRE LA EDUCACIÓN BÁSICA EN TIEMPOS DE COVID-19

### RESUMEN

*La educación a distancia, instituida en el Brasil por el impacto de la pandemia, refuerza la ineficiencia de los sistemas educativos para desarrollar acciones pedagógicas que lleguen a los estudiantes durante este período. Como premisa para comprender sus matices y promover actividades más cercanas a la realidad de los alumnos, es necesario evaluar lo que las estadísticas retratan sobre la Educación en tiempos de Covid-19, entrelazándose con el debate de la desigualdad social brasileña. Así pues, este artículo trata de investigar qué investigaciones realizadas antes y durante el período de la pandemia aportan contribuciones útiles para repensar la educación a distancia y analizar el efecto de la desigualdad social en la educación. A partir de los datos estadísticos recopilados, ha sido posible obtener resultados sobre la estructuración de la educación brasileña a distancia, identificar algunos de sus impactos en los estudiantes y profesores, y llegar a la conclusión de una posible porción de estudiantes que estuvieron desatendidos durante este período.*

**Palabras clave:** Educación a distancia; Estadísticas de educación; Desigualdad social.

---

### 1. INTRODUÇÃO

Desde do dia 20 de março de 2020, quando foi sancionada a portaria de nº 454 do Ministério da Saúde (BRASIL, 2020a), declarando, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (Covid-19), as aulas presenciais das escolas dos vários cantos do Brasil foram substituídas pelo ensino remoto e, tal fato, trouxe grandes desafios para a Educação, além de reforçar uma

verdade latente que muitos setores da sociedade civil persistiam em dar descrédito: a desigualdade social.

O cenário que acompanhamos pelos veículos de comunicação e em pesquisas recentes (MARTINS, 2020; SILVA, SILVA NETO, SANTOS, 2020; CERICATO, SILVA, 2020), apontam semanalmente a ineficácia em atender os alunos por meio de uma estrutura digital, principalmente, àqueles que estão em situação vulnerável, em áreas urbanas marginalizadas, em lugares rurais longínquos dos centros urbanos, e, sobretudo, a classe pobre trabalhadora, que luta diariamente para pôr na mesa o seu sustento.

Mesmo com todas as informações presentes, a União e as secretarias de educação estaduais e municipais possuem dificuldades em traçar estratégias para atender todos os alunos nesse período de pandemia. Além disso, o retorno às aulas presenciais sem a garantia de uma vacina, divide especialistas, sendo esse um tema que deve ser gestado a partir de múltiplos olhares: político, sanitário, pedagógico, social e econômico.

Nessa perspectiva, o primeiro passo para refletirmos sobre qual é a realidade da Educação brasileira no século XXI, é observar o que as pesquisas revelam sobre o ensino no Brasil, associando, é claro, com dados sobre a desigualdade de nossa sociedade. Com isso, pode ser possível vislumbrar erros e acertos ao longo da trajetória do ensino remoto, com foco em ações, que de fato, estejam atingindo uma parcela maior de alunos.

Nesse sentido, o presente artigo busca expor algumas pesquisas estatísticas realizadas antes e durante a pandemia, para refletir qual é o ensino remoto que está sendo promovido e para quem. As informações aqui expostas também cotejam com a medida provisória de nº 934, de 1 de abril de 2020, instituídas pela Governo Federal.

## 2. O ENSINO REMOTO E UMA FRONTEIRA CHAMADA DESIGUALDADE

Desde março, as escolas de todo o país criam estratégias e buscam normativas da União e dos Estados para compreender de que maneira trabalhar com os seus alunos no período de pandemia. De início, vimos muitas redes estaduais e municipais entrarem em período de recesso, para assim elaborarem um plano de ação para a crise que se abateria nos próximos meses.

No dia 01 de abril foi sancionada a medida provisória de nº 934, que retira a obrigatoriedade dos 200 dias letivos, desde que seja cumprida a carga horária mínima anual estabelecida, tanto para a Educação Básica, quanto para os cursos de ensino superior. Em seu art. 1º reza que:

o estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, [...], desde que cumprida a carga horária mínima anual, estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino. (BRASIL, 2020b, n.p.).

A MP delegou normativas sobre o regime remoto para os sistemas de ensino, com isso, pudemos observar nos meses decorrentes, e documentados em pesquisas recentes (SOARES *et al.*, 2020), uma diversidade de ações realizadas pelas equipes escolares para atender a clientela de alunos e fortalecerem os vínculos com as famílias.

Mesmo com o esforço de grande parte dos estados e municípios brasileiros em responder com eficiência aos desafios no campo educacional, e passados 5 meses desde a paralisação das aulas presenciais (em março), ainda existe uma dificuldade em inserir todos os alunos no sistema do ensino remoto. Um dos fatores que corroboram para esse entrave é a desigualdade social no Brasil.

Parece claro que as medidas que serão adotadas no sistema de ensino perdem sua força quando se esbarram em um bolsão de pobreza e desigualdade social. De acordo com o relatório da Oxfam (2017, p. 12), O Brasil é um dos países do mundo que enfrenta problemas severos em matéria de desigualdade de renda, “[...] abriga mais de 16 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza”.

Para ter uma noção da dimensão desigual, o relatório exemplifica:

No Brasil, a situação é pior: apenas seis pessoas possuem riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões de brasileiros mais pobres. E mais: os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda que os demais 95%. Por aqui, uma trabalhadora que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para receber o equivalente aos rendimentos de um super-rico em um único mês. (OXFAM, 2017, p. 06).

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também confirmam o quadro crônico da desigualdade. Em 2018, o Índice de Gini do rendimento médio mensal real domiciliar per capita, evidenciava que “[...] 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820). (IBGE, 2018a).

A raiz da desigualdade brasileira é histórica, sendo a pobreza o resultado de um processo de desenvolvimento econômico desigual, em que parte considerável dos brasileiros não foi beneficiada “[...] com oportunidades que lhes permitissem desenvolver capacidades e liberdades na realização de direitos que são considerados universais, como ter acesso à educação, à saúde, de ter participação política, de ter um emprego e renda que lhes proteja da fome e da exclusão social”. (HAMASAKI, 2003, p. 18-19).

É preciso lembrar que, em 2020, ainda discute-se quais medidas que são adotadas, em forma de lei, para o saneamento precário de uma parcela significativa da população, além da quantidade de jovens entre 5 a 17 anos que trabalham para sustentar suas famílias. Isso não apenas reflete nos índices de evasão e rendimento escolar, mas também na qualidade da infância e da adolescência desses milhares de estudantes que estão nessa situação. E por mais pessimista que isso possa ser, é preciso registrar que na pandemia o cenário só se agrava, com grupos mais vulneráveis, pessoas morrendo, desemprego em alta e a crença quase religiosa que o ensino remoto, amparado na informática, responderá em grande parte ao trabalho que deve ser realizado para o desenvolvimento de competências.

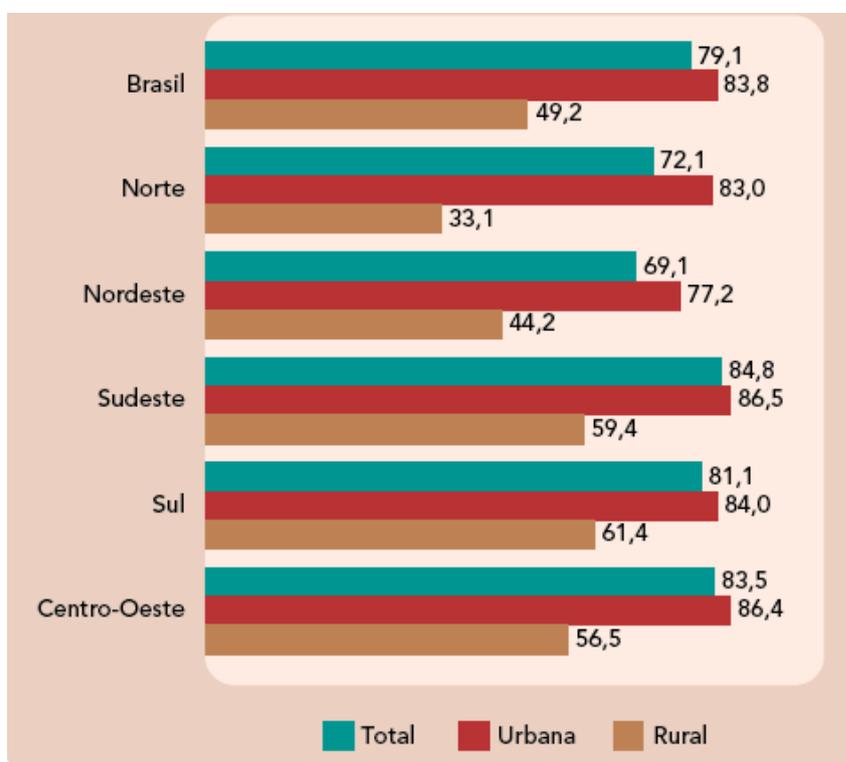
### 3. AS ESTATÍSTICAS NOS QUESTIONAM: A EDUCAÇÃO É PARA TODOS?

Nesse tópico, para refletir sobre as estratégias adotadas no período de ensino remoto, serão apresentadas duas pesquisas estatísticas relacionadas a desigualdade no acesso à internet: uma mais ampla, realizada pelo IBGE (2018b), e outra pelo Centro Regional de Estudos para Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2018). É preciso deixar claro que, a responsabilidade não deve recair somente sobre os funcionários da escola, mas a sociedade civil, famílias e governos devem, com sabedoria, desempenhar os seus papéis, já que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, assim como aponta a Constituição de 1988. (BRASIL, 1988).

No período vivido, parece claro para todos que a internet tornou-se o carro chefe quando se pensa o ensino remoto. Sem ela fica mais distante o contato entre os alunos e a escola, porém, o que deve ser analisado, em primeiro lugar, antes de reconhecer as potencialidades e as falhas do uso das plataformas e aplicativos para o desenvolvimento da aprendizagem e do contínuo processo de escolarização, é a sua abrangência na vida dos brasileiros. Que tipo de rede estamos falando? Qual é o seu uso e de qual aparelho eletrônico os alunos a acessam?

Uma das estatísticas, que reflete a realidade digital brasileira, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2018b). Conforme os dados do gráfico 01, é possível observar que a porcentagem de domicílios que possuíam internet, no ano de 2018, são de 79,1%, tendo um leve aumento em relação ao ano de 2017, com 74,9%.

**Gráfico 01** – Domicílios em que havia utilização da Internet, por situação do domicílio (%)



Fonte: IBGE (2018, p.06).

Ainda que esses dados, no primeiro momento, apresentam uma grande porcentagem de domicílios com internet no Brasil, é necessário lembrar que o país possui 71 milhões de domicílios existentes e uma população de mais de 200 milhões de pessoas. Dessa maneira, estaríamos falando em milhões de cidadãos sem acesso à internet. O IBGE (2018b), ainda aponta que 25% dos brasileiros entre 10 e 13 anos não utilizaram a rede no período dos 3 meses de referência da pesquisa.

Além disso, os números contrastam significativamente se analisarmos a abrangência da rede no espaço urbano e rural, além das regiões brasileiras. Na área rural, o seu uso chega apenas a 49,2% dos domicílios contra 83,8% no meio urbano, sendo mais ampliada essa diferença na região Norte, com 39% dos domicílios com internet na área rural e 83% na parte urbana. Já a região Nordeste, apresenta o menor índice de utilização de internet (77,2%) nos domicílios urbanos, caso comparado com as outras regiões brasileiras (IBGE, 2018b).

Mesmo com as evidências de um número significativo de pessoas sem acesso à internet, grande parte do ensino remoto se pauta no uso da rede de dados, o que nos leva a indagar o que fazer com crianças e adolescentes que estão nessas áreas sem internet no período de pandemia? O Estado, sendo seu dever promover a educação, pode excluí-los deste direito?

Além dos esforços de algumas secretarias de educação estaduais e municipais em minimizar a lacuna que existe na abrangência do acesso à internet, a União, após 5 meses sem aula presencial, divulgou no dia 17 de agosto de 2020, um programa de fornecimento de dados de internet para 400 mil alunos, porém, sem esmiuçar como serão para as famílias que não possuem nenhum aparelho que capta os dados da rede (ARRUDA, M. 2020). Além disso, A PNAD Contínua apresenta que 24,3% dos domicílios que não possuíam internet eram porque nenhum morador sabia utilizá-la (IBGE, 2018b), apontando que apenas o esforço para o fornecimento de dados móveis não é suficiente para romper com a desigualdade de acesso.

Ainda na pesquisa do IBGE, o equipamento mais usado para acessar a internet é o celular, presente em 99,2% dos domicílios que possuem internet. Já o computador, apenas era usado em 48,1% dos lares (IBGE, 2018b). Esse dado reflete outra situação comum, o uso do celular para as atividades desenvolvidas no período remoto é possivelmente o meio mais utilizado para tal. Porém, outro questionamento que surge, é a sua viabilidade. Para Eucidio Arruda (2020, p. 271) “[...] uma das críticas que se coloca quanto o uso do celular para acesso à informação diz respeito ao tamanho da tela e impossibilidade de se efetuar leitura de documentos”. Com o computador, existe uma facilidade no sentido de a tela ser maior, do uso de um teclado, e uma rapidez, normalmente, em realizar o processamento de dados. Além disso, para alunos que possuem baixa visão, o uso do celular também pode ser um empecilho nesse momento para determinadas atividades, mesmo com o uso de uma fonte adequada.

Para corroborar com os dados apresentados pelo IBGE, uma outra fonte foi consultada. A pesquisa realizada pelo CETIC, também em 2018, aponta que 67%

dos domicílios possuem internet no Brasil (CETIC, 2018). Número relativamente mais baixo do que aqueles apresentados pelo PNAD Contínua (79,1%).

A CETIC (2018), também apresenta:

- 44% das áreas rurais possuem internet
- Apenas 47% dos domicílios que vivem com até 1 salário mínimo possuem internet
- Classe A – 99% dos domicílios com Internet
- Classe B – 94% dos domicílios com Internet
- Classe C – 76% dos domicílios com Internet
- Classe D – 40% dos domicílios com Internet

Os dados apresentados pelo CETIC mostram claramente a dificuldade da classe D em obter acesso ao meio digital. É preciso lembrar que de acordo com a Base Nacional Curricular Comum, uma das competências gerais para o Ensino Fundamental é justamente a cultura digital:

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva. (BRASIL, 2018, p. 09).

Parece claro existir diversas contradições entre o que deve ser desenvolvido como competências no Ensino Fundamental e os recursos necessários para se chegar a tal objetivo. Utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação é uma finalidade distante de muitos jovens brasileiros, alijados até mesmo de seu direito de ser criança ou adolescente.

#### **4. ALUNOS E A ESCOLA NA PANDEMIA**

Neste tópico serão apresentadas três pesquisas, realizadas a partir da aplicação de questionários, durante o período da pandemia. Uma realizada com os

alunos para identificar como tem sido estudar em casa e quais atividades estão sendo desenvolvidas; outra sobre o sentimento e a percepção dos professores durante o período vivido; por fim, uma pesquisa que aponta o que as secretarias municipais de educação mais necessitam para estruturar suas atividades.

A pesquisa intitulada “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus<sup>1</sup>”, está entre as que mais toca no drama vivido pelos estudantes brasileiros. Realizada pelo Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), em parceria com outras instituições, como a UNESCO, Em Movimento, Fundação Roberto Marinho, entre outras, apresenta um panorama do ensino remoto e a perspectiva do jovem no contexto educacional.

Mais de 33 mil jovens, entre 15 e 29 anos (Educação Básica e Superior), responderam à pesquisa no período do dia 15 a 31 de maio de 2020. Entre os diversos questionamentos, foi perguntado o que as instituições têm oferecido durante o ensino remoto (gráfico 02). (CONJUVE, 2020).

**Gráfico 02** – O que as instituições têm oferecido para o ensino remoto – maio de 2020



Fonte: CONJUVE (2020, p. 42).

Como pode-se notar, existe uma diversidade de ações providas pelas escolas e universidades. Porém, 19% das instituições ainda não estavam oferecendo

<sup>1</sup> Por compilar dados de diferentes etapas de ensino, a pesquisa não traz um retrato apenas da Educação Básica, foco do presente artigo. Porém, optamos por utilizá-la pela falta de uma pesquisa semelhante com abrangência nacional.

nada até o mês de maio, de acordo com os alunos entrevistados, fora os 5% que não souberam responder. As aulas em plataformas digitais, com mediação do professor, lideram a lista de ações, com 52%, enquanto as aulas na TV aberta representam 11%.

A televisão poderia ser um meio mais difundido para o ensino nesse período, já que estava presente em 96,4% dos domicílios em 2018 (IBGE, 2018b). O desenvolvimento de programas educativos pode representar bons resultados se, com o auxílio dos profissionais que fazem edição de imagem e som de programas televisivos, os professores pudessem preparar suas aulas, convergindo a parte pedagógica com a tecnológica. Porém, mesmo com a maior abrangência dos televisores em território brasileiro, ainda fica uma lacuna de como seria possível os alunos tirar suas dúvidas com os docentes, caso não se utilize o telefone ou a internet.

O uso do WhatsApp (27%) também representa uma parcela considerável das estratégias encontradas no período de ensino remoto. Algumas operadoras não descontam dados móveis pelo uso de tal aplicativo, sendo possível sua utilização, mesmo para aqueles que não possuem internet. Porém, é necessário lembrar que nem todos os domicílios contam com o celular.

Para que diminua o mínimo possível da parcela de alunos que não estão sendo atendidos por falta de recursos, é necessário manter um diálogo estreito com a equipe de assistentes sociais, já que pela lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social, em seu Art. 4º sobre as suas competências, estabelece: “[...] V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (BRASIL, 1993, n.p.).

O Código de Ética desse profissional também corrobora seus deveres: “[...] empenhar-se na viabilização dos direitos sociais dos/as usuários/as, através dos programas e políticas sociais (BRASIL, 2012, p. 31). Se entendemos a Educação como um direito de todos, é necessário, mais que nunca, que esses profissionais tenham um papel fundamental para a viabilização dos seus direitos sociais. Dessa maneira, os municípios devem investir em reuniões setoriais com os funcionários da escola, assistentes sociais e profissionais ligados a área da saúde, para traçar

estratégias para cada família em situação de vulnerabilidade, garantindo o atendimento dos alunos e o contato com os seus familiares.

É preciso esclarecer, que, as escolas necessitam de um apoio multidisciplinar para a efetivação não apenas do direito da educação, mas da qualidade de ensino. Elas devem estar abertas e prontas para dialogar com outros setores sociais, que, aliás, devem estar mais presentes no ambiente escolar, para que conheçam a realidade do “chão” da escola.

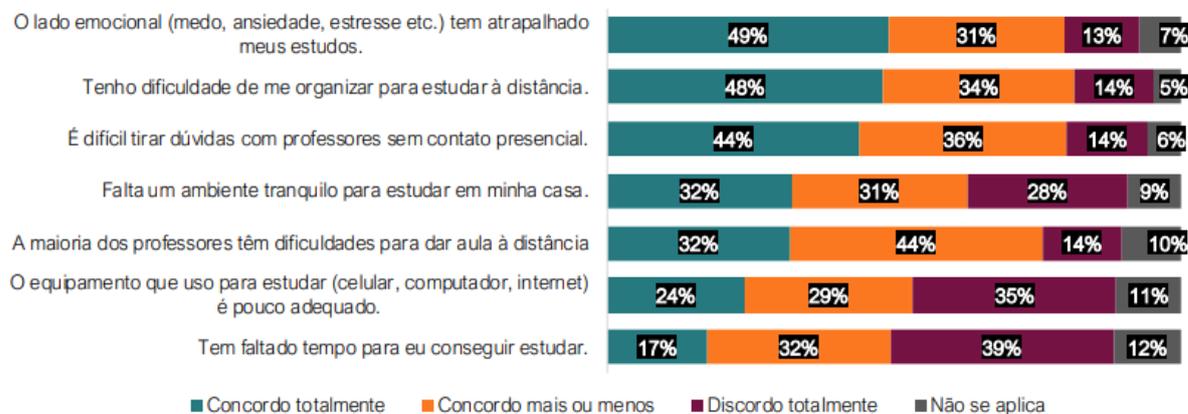
Além disso, é necessária uma coordenação do Ministério da Educação<sup>2</sup> para orientar as possibilidades e as dificuldades de cada medida adotada pelos sistemas de ensino, além de articular com as secretarias estaduais e municipais uma política educacional coesa nesse período de pandemia. Nesse sentido, corroboramos com as reflexões de Cafardo:

O Ministério da Educação esteve ausente durante todo o processo de ensino remoto que Estados e municípios tiveram de colocar de pé em semanas. Não houve nenhuma coordenação do governo federal, que tem justamente esse papel. Não houve ajuda para se conseguir dados de celular patrocinados, essenciais para os estudantes mais pobres que não têm computador ou internet. Não houve um programa para a produção de conteúdo pedagógico diferenciado para ser usado pelas redes. Não houve um apoio amplo para garantir a alimentação das crianças fora da escola ou formação de professores. (CAFARDO, 2020, n.p.).

Outro ponto relevante da pesquisa da CONJUVE foi avaliar como os alunos, aqueles que conseguiram continuar seus estudos em suas residências, estão se organizando e quais são as dificuldades encontradas (gráfico 03).

---

<sup>2</sup> Em um ano e meio (janeiro de 2019 a junho de 2020) já passaram pelo Ministério da Educação quatro ministros. O último nomeado depois de quase um mês sem ninguém no comando da pasta.

**Gráfico 03** – Como tem sido estudar em casa – maio de 2020

Fonte: CONJUVE (2020, p. 45).

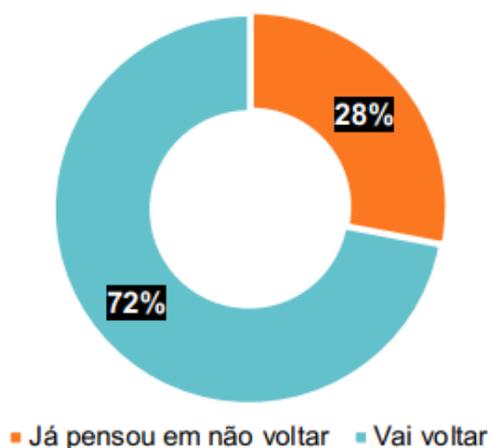
Como se pode notar, o lado emocional (medo, ansiedade e estresse, 49%), a dificuldade de se organizar para estudar à distância (48%) e de tirar dúvidas com os professores (44%), são os maiores empecilhos para o ensino remoto de acordo com os jovens. Os dados podem refletir até onde se chega esse ensino instituído às pressas e como eles impactam na aprendizagem dos alunos.

A dificuldade de tirar dúvidas com os professores, apontado pelos alunos na pesquisa, coloca em alerta se as estruturas montadas para atender os estudantes garantem o processo de dialogicidade na educação. Nesse sentido, é preciso repensar se as experiências ofertadas trazem esse componente essencial para o processo educativo, pois “[...] o puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”. (FREIRE, 2019, p. 34).

Outro dado que chama atenção é o índice alto de alunos que concordam totalmente (32%) ou concordam mais ou menos (44%) sobre a dificuldade que os professores têm para dar aula à distância. Nesse caso, além de ser possível apontar a falta da formação continuada, até mesmo em decorrência da ausência dos recursos digitais em muitas unidades escolares; outra questão que se coloca é inserção dos professores na cultura digital, que será explorada mais a frente, e se eles possuem os instrumentos necessários em suas residências para gravar as videoaulas.

Outro ponto de grande preocupação é o da evasão escolar, que pode atingir níveis altos esse ano. De acordo com a CONJUVE (2020), cerca de 28% dos alunos pensam em não voltar às aulas (gráfico 04).

**Gráfico 04** – Volta às aulas – maio de 2020



Fonte: CONJUVE (2020, p. 51).

Sobre esse tema da evasão escolar, O PNAD de 2019, sobre educação, relata que os “[...] jovens de 14 a 29 anos do País, equivalente a quase 50 milhões de pessoas, 20,2% não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca tê-la frequentado”. (IBGE, 2019, p. 10).

Em relação a evasão, um ponto ainda não debatido aqui, mas de fundamental relevância, é a noção que para a educação ser significativa para aquele que aprende, é necessário a reflexão do contexto de vida de cada aluno:

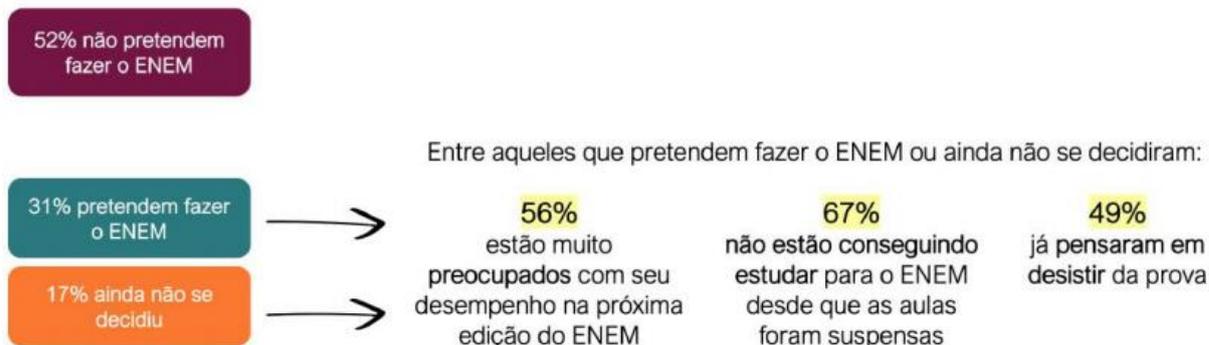
Para ser válida, toda educação deve necessariamente ser precedida por uma reflexão sobre o homem e uma análise do contexto de vida concreto do homem concreto que se quer educar (ou, para dizer de modo mais apropriado: que se quer ajudar a se educar. (FREIRE, 2016, p. 66-67).

Refletindo à luz do pensamento do autor, é possível sugerir se o ensino remoto, em seus diversos cenários, garante essa reflexão do contexto de vida dos alunos. Esse é um ponto de partida não apenas para efetivar um ensino mais próximo

do momento pandêmico, mas, sobretudo, criar condições de permanência dos alunos vulneráveis no sistema de ensino e compreender que sua jornada em 2020 será complexa.

A pesquisa também aborda sobre as perspectivas que os jovens do Ensino Médio (figura 01) possuem sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Cerca de 52% pretendem não realizar a prova este ano e 67% dos estudantes não estão conseguindo se dedicar para o ENEM desde que as aulas foram suspensas. (CONJUVE, 2020).

**Figura 01** – Perspectivas sobre o ENEM – maio de 2020



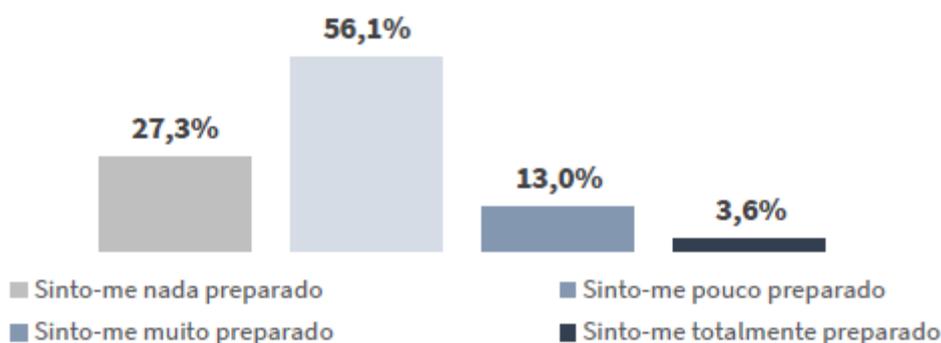
Fonte: CONJUVE (2020, p. 54).

Na outra ponta do sistema educacional, os professores também sentem os efeitos do ensino remoto. Muitos deles, principalmente os de escolas particulares de Educação Infantil, estão em situação de vulnerabilidade pela iminência de perder o emprego. De acordo com a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), “[...] 80% das instituições privadas de educação infantil sejam forçadas a fechar as portas em definitivo por causa da evasão causada pela pandemia” (IDOETA, GUIMARÃES, 2020).

De acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Península (2020) com 7 mil professores da Educação Básica, entre 13 de abril e 14 de maio, explicitou que 67% dos entrevistados estão ansiosos, além de 56,1% não se sentir nada preparado para o ensino remoto (gráfico 05), reforçando os dados apresentados pela CONJUVE (2020), que expressa que 76% dos alunos concordam totalmente, ou concordam mais

ou menos que a maioria dos professores possuem dificuldades em dar aula à distância.

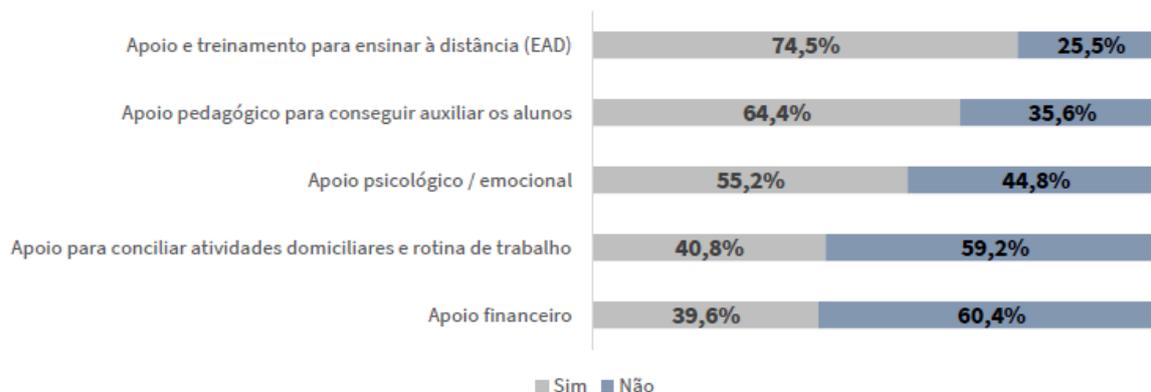
**Gráfico 05** – Preparação para o ensino remoto – abril/maio de 2020



Fonte: Instituto Península (2020, p. 14).

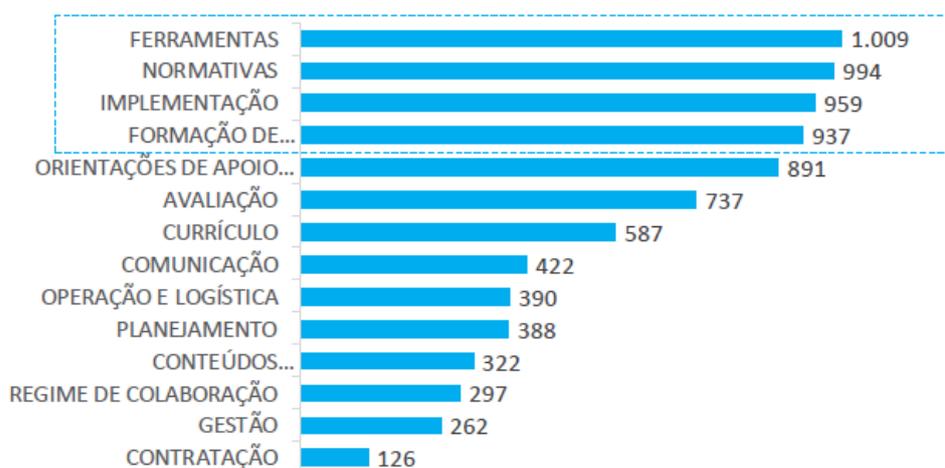
A pesquisa também aponta que a maior parte dos professores gostariam de receber apoio e treinamento para ensinar à distância (gráfico 06), reforçando a necessidade de repensar a eficiência do uso das ferramentas digitais por parte dos professores e a promoção de uma formação continuada no que tange à cultura digital pelos sistemas de ensino. Nesse sentido, Ponte (2000) alerta que o simples domínio de uma técnica não garante que a pessoa consiga utilizar com naturalidade e criticidade. É necessária uma identificação cultural com a técnica, cujo seu uso fluente “[...] envolve muito mais do que seu conhecimento instrumental, envolve uma interiorização das suas possibilidades e uma identificação entre as intenções e desejos dessa pessoa e as potencialidades ao seu dispor”. (PONTE, 2000, p. 74).

**Gráfico 06** – Quais apoios os professores gostariam de receber – abril/maio 2020



Fonte: Instituto Península (2020, p. 19).

**Gráfico 07** – Em quais frentes as redes municipais mais precisam de apoio neste momento? - abril/maio de 2020



Fonte: Undime e Consed (2020, p. 27).

Já a pesquisa realizada pela União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), em parceria com o Centro de Inovação para Educação Brasileira (CIEB), Fundação Itaú de Educação e Cultura, e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), reflete que a gerência dos próprios sistemas municipais de educação também enfrenta dificuldades em sua estruturação. O questionário respondido por 3.978 secretarias municipais, entre 27 de abril e 04 de maio, expressam o que eles mais precisam no momento (gráfico 07): ferramentas, normativas para atribuição de carga letiva, implementação de estratégias de ensino remoto e formação de professores.

Esses dados mais uma vez demonstram a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, além da importância de normativas elaboradas pela União para dar coesão ao que já está sendo realizado pelos municípios. Além disso, é preciso ressaltar que o cenário dos sistemas municipais de educação é diverso, com municípios com alto grau de estrutura tecnológica, e outros com poucos recursos e possibilidades.

Diante da perspectiva trazida, é possível identificar o reflexo da trajetória da desigualdade da sociedade brasileira, demonstrando que as conquistas educacionais devem vir acompanhadas por conquistas sociais, pois a educação transforma a consciência, mas ela por si só não transforma a materialidade imposta (MAGNONI JÚNIOR, 2018). A escola pode muita coisa, mas não se constrói um horizonte de possibilidades apenas com o pilar do conhecimento.

## 5. REFLEXÕES FINAIS

Diante das pesquisas apresentadas, fica claro que o ensino remoto, mesmo com seus diferentes cenários em cada município brasileiro, não abrange todos os alunos da Educação Básica. O que se promove ainda é distante de uma experiência educativa que traz consigo o caráter formador, que assegura a dialogicidade e reflete sobre o contexto de vida de cada aluno.

Em um Brasil de desigualdades, apenas a disseminação do aparato técnico não é suficiente para sanar problemas de ordem social e de formação. O que os dados revelam não é a queixa de parte dos professores sobre a falta do aparato técnico, mas a ausência de formação para a sua utilização, sendo que o planejamento de suas aulas e a rotina de trabalho vai além de simplesmente saber utilizar um computador ou celular. Envolve pesquisa para romper com a fronteira de um puro tecnicismo.

Sob esse viés, parte dos alunos são desassistidos pela rede estruturada para enfrentar o período vivido. E isso não se dissolve apenas com ações escolares promovidas pelas escolas e pelas pastas das secretarias de educação dos municípios, mas com o enfrentamento da desigualdade social brasileira. Enquanto perdurar o

cenário de profundas disparidades econômicas e sociais, o ensino remoto será promovido para uma parcela da população que possui um maior grau de instrução, com estrutura digital e menores dificuldades de aprendizagem.

Para minimizar esse cenário, o que se pode fazer é compreender o contexto de vida de cada aluno, para romper com a lógica da padronização de atividades e ações educativas, e propor alternativas que dialoguem com a realidade do aluno e de sua família. Com isso, o que se espera ao vislumbrar as estatísticas apresentadas, não é um caminho único para todos os estudantes, mas entender a incompletude e a vida de cada cidadão, para refletir um sistema de ensino que priorize a alteridade e a resiliência dos que vivem em sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede**, v. 07, n. 01, maio. 2020. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>>. Acesso em: 23 out. 2020.

ARRUDA, M. **Após 5 meses sem aula presencial, MEC dará internet a aluno pobre para acessar ensino remoto.** Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-vai-fornecer-internet-a-alunos-de-baixa-renda-para-acesso-a-aulas-online,70003402691>>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8662.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10 ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: Ministério da Educação, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Portaria nº 454, de 20 de março de 2020**. Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19). 2020a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/portaria/prt454-20-ms.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt454-20-ms.htm)>. Acesso em: 30 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. 2020b. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CAFARDO, R. **Brasil só fala do MEC**. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,o-brasil-so-fala-do-mec,70003354347>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

CERICATO, T. L.; SILVA, J. L. B. Educação e formação em tempos e cenários de pandemia: entrevista com Magali Aparecida Silvestre. **Olhares**, v. 08, n. 02, ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/10700>>. Acesso em: 23 out. 2020.

CETIC. **Domicílios com acesso à internet**. Disponível em: <<https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

CONJUVE. **Pesquisa: juventudes e a pandemia do coronavírus**. Disponível em: <[https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618\\_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf](https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2020.

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 58. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HAMASAKI, C. S. **Programas de garantia de renda mínima no Brasil**: análise do impacto das transferências de renda sobre a pobreza. 2003. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

IBGE. **PNAD Contínua**: Educação 2019. Brasil: IBGE, 2019.

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua 2018**: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país. 2018a. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **PNAD Contínua**: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018. 2018b. Brasil: IBGE, 2018.

IDOETA, P. A.; GUIMARÃES, L. **Com debandada de alunos, escolas de educação infantil começam a desaparecer na pandemia**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53229846>>. Acesso em: 30 jul. 2020.

INSTITUTO PENÍNSULA. **Sentimento e percepção dos professores brasileiros nos diferentes estágios do Coronavírus no Brasil**: estágio intermediário – maio de 2020. Brasil: Instituto Península, 2020.

MAGNONI JÚNIOR, L. A educação e ensino de geografia de qualidade para a construção de uma sociedade democrática e resiliente. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. XXII, n. 01, jan/dez. 2018. Disponível em: <[http://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXII\\_1/agb\\_xxii\\_1\\_web/Rev\\_AGB\\_de\\_z2018-14.pdf](http://agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXII_1/agb_xxii_1_web/Rev_AGB_de_z2018-14.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2020.

MARTINS, J. R. V. Educação como *lócus* da luta de classe na pandemia. *In*: SOARES et al. **Coronavírus: educação e luta de classes no Brasil**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020. p. 15-19.

OXFAM. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras**. São Paulo: Brief Comunicação, 2017.

PONTE, J. P. da. Tecnologias de informação e comunicação na formação de professores: que desafios? **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 24 n. 01, set/dez. 2000. Disponível em: <<https://rieoei.org/historico/documentos/rie24a03.PDF>>. Acesso em: 23 out. 2020.

SILVA, E. H. B da; SILVA NETO, J. G da; SANTOS, M. C dos. Pedagogia da pandemia: reflexões sobre a educação em tempos de isolamento social. **RELAEC**, v. 01, n. 04, jul/ago. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/ipa/article/view/31695>>. Acesso em: 23 out. 2020.

SOARES et al. **Coronavírus, educação e luta de classes no Brasil**. Brasil: Terra Sem Amos, 2020.

UNDIME; CONSED. **Desafios das secretarias municipais de educação na oferta de atividades educacionais não presenciais**. Brasil: Undime/Consed, 2020.